

A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA CHINESA: DESEQUILÍBRIOS MACROECONÔMICOS, REBALANCEAMENTO E IMPLICAÇÕES MUNDIAIS

Leandro Teixeira dos Santos¹
Marcelo Milan²

Resumo: A China passa por um momento de rebalanceamento dos impulsores de seu crescimento econômico em função de desequilíbrios macroeconômicos e setoriais. Da perspectiva dos gastos, este se torna crescentemente menos dependente dos investimentos e das exportações e mais catalisado pelo consumo privado. Da perspectiva da produção, essa se torna cada vez menos dependente do setor industrial e mais do setor de serviços. Os principais objetivos desse estudo são: (i) caracterizar o desequilíbrio da economia chinesa, incluindo a interpretação do governo chinês, (ii) analisar o seu processo de rebalanceamento e (iii) projetar algumas de suas possíveis implicações para a economia mundial. São analisados dados econômicos desde o início da década de 1980, e os resultados sugerem que os desequilíbrios dos impulsores do crescimento econômico chinês se intensificaram em meados da última década, obrigando o governo chinês a buscar o rebalanceamento econômico. As implicações mundiais, tanto do modelo desequilibrado quanto do modelo que está se conformando com o rebalanceamento, são variáveis, dependendo da região e das relações produtivas, comerciais e financeiras com a China.

1. Introdução

A China tem passado por um momento de rebalanceamento dos impulsores de seu crescimento econômico (LARDY, 2012). A partir da perspectiva dos gastos agregados, o crescimento se torna crescentemente menos dependente dos investimentos e das exportações e mais impulsionado pelo consumo privado. A partir da perspectiva da produção, ele se torna cada vez menos dependente do setor industrial e mais do setor de serviços.

Dado esse quadro, os principais objetivos desse estudo são: (i) caracterizar o desequilíbrio da economia chinesa, incluindo a leitura feita pelas autoridades chinesas, (ii) analisar o seu processo de rebalanceamento e (iii) projetar algumas das possíveis implicações para a economia mundial. Para cumprir esses objetivos, são analisados dados econômicos desde o início da década de 1980. Os resultados sugerem que os desequilíbrios dos impulsores do crescimento econômico chinês se intensificaram em meados da última

¹ Doutorando e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI- UFRGS. Pesquisador do Núcleo de Estudos dos BRICS - NEBRICS-UFRGS. Professor de Curso de Especialização em Diplomacia e Relações Internacionais – Universidade do Vale dos Sinos.

² Doutor em Economia pela Universidade de Massachusetts Amherst e professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-graduação em Economia e em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do NEBRICS.

década, obrigando o governo chinês a buscar o rebalanceamento. Os impactos econômicos mundiais, tanto do modelo desequilibrado quanto do modelo que está se conformando com o rebalanceamento, são variáveis, dependendo da região e das relações produtivas, comerciais e financeiras com a China.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Depois dessa introdução, a segunda seção aborda a evolução do reconhecimento governamental do desequilíbrio e da necessidade de rebalanceamento. A terceira seção identifica os desequilíbrios macroeconômicos e o processo de rebalanceamento da economia chinesa. A quarta expõe possíveis implicações mundiais do modelo de crescimento desequilibrado e daquele que está se constituindo com o rebalanceamento. A quinta seção expõe as conclusões preliminares.

2. A posição das autoridades: reconhecimento dos desequilíbrios e da necessidade de rebalanceamento

Para identificar o reconhecimento, pelas autoridades chinesas, dos desequilíbrios macroeconômicos e a necessidade de mudança, assim como as medidas de ajuste, foram examinados documentos oficiais e três planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social (PQs): o 10º (período 2001-2005), o 11º (período 2006-2010) e o 12º (período 2011-2015).

As análises documentais sugerem que determinados aspectos do desequilíbrio já eram conhecidos das autoridades chinesas desde a segunda metade da década de 1990. No entanto, preocupação mais explícita pode ser observada apenas no 12º PQ. Sem embargo, os dados apresentados nos documentos indicam que algumas variáveis já indicavam desequilíbrios, ou a condição chinesa de *outlier*, desde pelo menos 1978. Por exemplo, a elevada contribuição do valor agregado do setor industrial para o PIB do país. Mas naquele período ainda não existiam outras condições que, combinadas, ameaçassem a sustentação do crescimento chinês, como no cenário que se conformou nas décadas seguintes, obrigando o governo a reconhecer a intensificação dos desequilíbrios do modelo de crescimento e a necessidade do rebalanceamento por meio de um conjunto de medidas.

O governo também deu indicações de que havia a necessidade de rebalancear determinados impulsionadores do crescimento econômico na década de 1990, especialmente após a Crise Financeira Asiática de 1997-8, levando as autoridades chinesas a considerarem a promoção do consumo doméstico. Wang (2014, p. 3) expõe que “[j]á em finais dos anos 1990, a crise Financeira Asiática alertou os líderes chineses para a incerteza do mercado

internacional. Eles começaram a enfatizar a necessidade de expandir a demanda doméstica (...).”

Essa preocupação com o desequilíbrio aparece de forma mais clara nos planos PQs. As preocupações são expostas, sobretudo, na introdução, nos pensamentos orientadores e nos objetivos dos planos. Por exemplo, o 10º PQ (中国人大 2001) identificou em seu primeiro princípio a preocupação em “[...] continuar implementando a expansão da demanda doméstica [...]”. O 11º PQ marcou, ao menos retoricamente, um ponto de inflexão no entendimento chinês sobre desenvolvimento (中国人大 2005). Até o plano anterior, o governo buscava o crescimento rápido, o qual estava embasado nos investimentos e na indústria. O novo PQ apresentou mudanças consideradas revolucionárias em seus principais objetivos, principalmente, tentando mudar a ideia prevalecente de promover a “taxa de crescimento” a qualquer custo para promover o “desenvolvimento sustentável”.

Como reflexo dessa virada, a preocupação com o desequilíbrio passou a ser mais visível (中国人大 2005). No próprio 11º PQ havia referência explícita ao desequilíbrio nos gastos agregados, o que não aconteceu no plano anterior. Em seu primeiro princípio estava presente a necessidade de “Expandir ainda mais a demanda doméstica, ajustar a relação entre investimento e consumo, e aumentar o papel do consumo para o crescimento econômico”.

No 12º PQ a preocupação com o desequilíbrio e com rebalanceamento foi explicitado de forma mais profunda, aparecendo na introdução, nos pensamentos orientadores e nos objetivos. Segundo o Congresso Nacional Popular da China (CNPC, 2011, p. 5) “[...] nós temos de estar atentamente cientes do fato de que os problemas de falta de equilíbrio, falta de coordenação e falta de sustentabilidade no desenvolvimento da China permanecem proeminentes”.

O próprio plano já reflete as implicações do desequilíbrio (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). O primeiro objetivo do plano destaca a busca por um crescimento médio anual do PIB de 7% (Tabela 1) e previa a criação de 45 milhões de empregos (urbanos e rurais). Essa taxa de crescimento foi menor do que a almejada no plano anterior, indicando que o país já sentia os efeitos do que Lardy (2006) chama de modelo extensivo de crescimento.

Tabela 1: Planos quinquenais: indicadores socioeconômicos

Indicador	10º PQ (2001-2005)	11º PQ (2006 - 2010)	12º PQ (2011-2015)
Taxa de crescimento anual do PIB	7%	7,50%	7%

Variação do Crescimento da urbanização	-	De 43 para 47%	De 47,5% para 51,5%
Variação da Contribuição do setor de serviços para o PIB	36%	De 40,3% para 43,3%	De 43% para 47%

Fonte: 中国人大 (2001, 2005) e Chinese National People's Congress (2011). Elaboração dos autores.

Uma análise da composição da produção indica que os três planos mostravam uma preocupação com o desenvolvimento do setor de serviços (Tabela 1). Como já salientado, a baixa contribuição do setor de serviços para o PIB chinês vem de longa data. No entanto, assim como na análise dos gastos agregados, a análise da composição da produção não deve acontecer dissociada do modelo de crescimento adotado pelo governo chinês. Como indica a Tabela 1, todos os planos estabeleceram metas crescentes para a contribuição do setor de serviços para o PIB. No entanto, eles sugerem que, enquanto o desenvolvimento do setor industrial, impulsionado por fortes investimentos, implicava ganhos elevados para a economia, a promoção do setor de serviços não se constituía em um objetivo primário.

Cabe notar que a análise dos planos não lança luz apenas sobre a evolução da identificação dos desequilíbrios. Elas indicam os caminhos apontados pelo governo para o reequilíbrio ou rebalanceamento, isto é, os caminhos para a promoção de mudanças estruturais nos impulsionadores do crescimento. A segunda orientação política do 12º PQ serve exatamente a esse propósito: “Estabelecer um mecanismo de longo prazo para expandir a demanda de consumo”.

Para se elevar a contribuição do consumo em relação ao PIB, é necessário aumentar a renda disponível das famílias. Para aumentá-la existem diferentes caminhos, sendo que nos planos chineses e na literatura alguns deles aparecem frequentemente: a promoção da urbanização e do setor de serviços, a ampliação e a melhoria da rede de segurança social, a flexibilização financeira (maior liberalização do câmbio e da taxa de depósito das poupanças, diminuição ou eliminação do controle de preços de ativos importantes para a produção de bens comercializáveis, como energia, etc.), o aumento salarial, etc. (LARDY, 2012; PETTIS, 2013a, 2013b; 中国人大, 2005; CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011).

Essa pesquisa mostra que os objetivos de promover a urbanização, aumentar a renda familiar, ampliar a rede de cobertura social, promover a flexibilização financeira, desenvolver o setor de serviços e aumentar a demanda doméstica estiverem presentes não apenas no 10º, 11º e 12º PQs, mas também em planos anteriores. Todavia, apenas recentemente esses

objetivos foram reorientados como instrumentos para resolver o desequilíbrio no crescimento econômico do país. A próxima seção apresenta quais são esses desequilíbrios e como foram enfrentados.

3. A economia chinesa, dos desequilíbrios setoriais ao rebalanceamento

A trajetória de crescimento econômico chinês encontra-se atualmente em um novo período de transição, assumido mais claramente com a adoção do 12º Plano Quinquenal (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Após a mudança de uma economia centralmente planejada para uma “economia socialista de mercado” a partir de 1978, a nova transição consiste em um conjunto de ajustes estruturais no modelo de crescimento econômico da China, com o propósito de garantir a sua sustentabilidade.

O modelo de crescimento econômico chinês, impulsionado pelos investimentos e pelas exportações, do lado dos gastos agregados, e pelo setor industrial, do lado da produção, mais a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) permitiram ao país se transformar em uma superpotência econômica. O produto interno bruto do país foi em 2015 aproximadamente 73 vezes maior que o valor em 1978. O país é hoje o maior comercializador de mercadorias do mundo (exportações mais importações), foi o principal receptor e a terceira maior fonte de IEDs entre todas as economias individuais em 2014, e, como se verá abaixo, tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e para a redução da pobreza mundial (THE WORLD BANK, 2016).

A transformação da China em uma potência econômica corrobora a ideia de que o país está reemergindo (MADDISON, 2007) e que poderá alcançar o estágio de país de alta renda. No entanto, o modelo de crescimento que tem permitido todas essas mudanças não é sustentável (LARDY, 2006, 2012; PETTIS, 2013a, 2013b, 2014). As altas taxas de crescimento econômico registradas nos últimos anos foram impulsionadas pelos investimentos e pelas exportações, pelo lado dos gastos agregados, e pelo setor industrial, pelo lado da produção.

Especialistas argumentam que esse modelo de crescimento está desequilibrado ou desbalanceado (LARDY, 2006, 2012; PETTIS, 2013a, 2013b, 2014). Por desequilibrado se entende a situação em que alguns impulsionadores do crescimento contribuem bem mais do que o esperado para o crescimento econômico em relação ao nível de desenvolvimento do país, enquanto outros contribuem bem menos. Neste caso, destaca-se principalmente a

elevada participação do investimento no PIB, o qual tem sido sustentado pelo endividamento, por um lado, e contribuído para uma baixa participação do consumo privado, por outro. Em contraste, o rebalanceamento ou o reequilíbrio buscado pelo governo chinês nada mais é do que a indução de mudanças estruturais nas contribuições desses impulsionadores, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do crescimento.

Conforme Lardy (2012), a estrutura de uma economia e a extensão em que ela está desequilibrada podem ser analisadas pelo conjunto de quatro abordagens, as quais são diferentes mas complementares. Elas são a abordagem dos gastos agregados, a abordagem da produção, a abordagem da renda nacional e a abordagem da poupança e dos investimentos nacionais.

A abordagem dos gastos agregados consiste em verificar as fontes do crescimento econômico pela demanda. Estas fontes são os componentes básicos do PIB: o consumo (privado e do governo), os investimentos e as exportações líquidas de bens e serviços. Desde 1978 a contribuição do investimento para o crescimento chinês tem sido elevada quando comparada com a de outros países (LARDY, 2012). Da abertura em 1978 até 1991, o valor médio da formação bruta de capital (FBC) foi de 36% do PIB. Nesse período, o valor foi apenas semelhante à média mundial em 1981. Houve um rápido aumento em 1993 seguido de sucessivas reduções que permitiram que o país iniciasse o século XXI com valores semelhantes aos de 1980 e 1990.

Durante os primeiros anos desse século, a condição chinesa atípica ficou ainda mais evidente quando, em 2003, pela primeira vez na década, o valor dos investimentos ultrapassou os 40% do PIB e tem permanecido assim desde então, chegando ao pico de aproximadamente 47,7% em 2013, bem acima dos valores registrados por outras economias com níveis semelhantes de renda, como o Brasil e a Rússia. Lardy (2012) atribui o aumento, principalmente a partir de 2003, em parte, à política de repressão financeira adotada pelo governo, a qual beneficiou os investimentos em detrimento do consumo das famílias.

Em meados da década de 2000, a tendência era que a participação da FBC no PIB se reduzisse. No entanto, o pacote de estímulo adotado pelo governo central para conter os efeitos da crise financeira global (CFG) estimulou os investimentos (LARDY, 2012). Se por um lado, o pacote de estímulo de ¥ 4 trilhões em 2008 (US\$ 616 bilhões, à época) reduziu os efeitos da crise mundial sobre o país, por outro, induziu o crescimento da FBC, deixando a economia ainda mais desequilibrada (PETTIS, 2013a, 2013b). Porém, agora a tendência é de

abrandamento, na medida em que o governo tem adotado um conjunto de medidas que visa aumentar a renda disponível das famílias e aumentar o consumo privado.

Quanto ao consumo doméstico, embora o valor médio da parcela do governo tenha ficado relativamente estável em 13% do PIB desde 1978, uma forte queda foi registrada na participação do consumo privado, principalmente a partir de 2002-3. De 1978 a 1989 o valor médio foi de 50,7% do PIB, o valor mais baixo em relação às outras economias emergentes. Essa participação média passou para aproximadamente 45,5% na década seguinte. Em contraste com o que aconteceu com o investimento, o consumo privado caiu drasticamente a partir de 2002-3. A repressão financeira empreendida pelo governo nesse período reduziu as taxas de juros dos depósitos remunerados, o que levou as famílias a pouparem mais, reduzindo a capacidade de consumo pela diminuição da renda disponível. No entanto, a maior contribuição para esse quadro foi a perda de renda das famílias chinesas a partir de 2002.

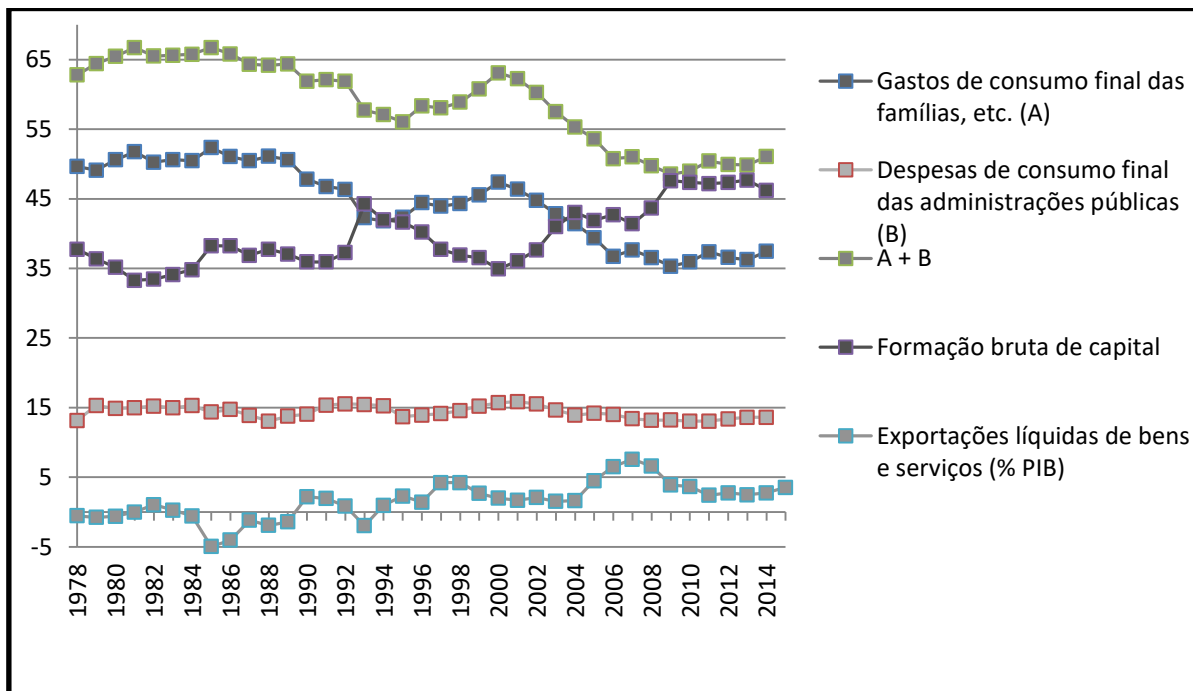
A partir de 2006, a participação do consumo começou a se estabilizar, embora tenha registrado o menor valor em 2009: cerca de 35% do PIB, como resultado do crescimento relativo da FBC provocado pelo pacote de estímulo econômico. Em 2014, ela foi equivalente a 59,08% da participação do consumo privado brasileiro, 64,17% da mundial e 54,76% da norte-americana.

As exportações líquidas se tornaram um impulsionador importante do crescimento na década de 2000, notadamente de 2005 até aproximadamente 2008, pois os anos seguintes sentiram os efeitos negativos da CFG (LARDY, 2012). O país saiu de um reduzido déficit comercial em 1978, e déficits mais substanciais na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, para, a partir de 1994, superávits seguidos, principalmente depois de 2005. Como mostra o Gráfico 1, o crescimento chinês é impulsionado, sobretudo, pelos investimentos e, até recentemente, também pelas exportações.

A abordagem da estrutura produtiva é um outro meio de verificar o desequilíbrio do crescimento econômico por meio da análise da participação da agricultura, da indústria e dos , sendo assim uma análise do lado da oferta. A partir dessa perspectiva também se comprova o desequilíbrio no modelo de crescimento chinês. De 1978 ao final da década passada, a agricultura registrou rápido declínio em sua contribuição para o PIB, o qual tem sido considerado normal (LARDY, 2012). No início da reforma, a contribuição era de cerca de 30%, o que mudou a partir de 1985. Em 2001, era cerca de menos da metade, e em 2010

menos de 1/3, do valor de 1978. Apesar da redução, o valor foi duas vezes maior do que aquele da média mundial em 2014.

Gráfico1: Estrutura da Demanda Agregada Chinesa (1978-2015) (% PIB)



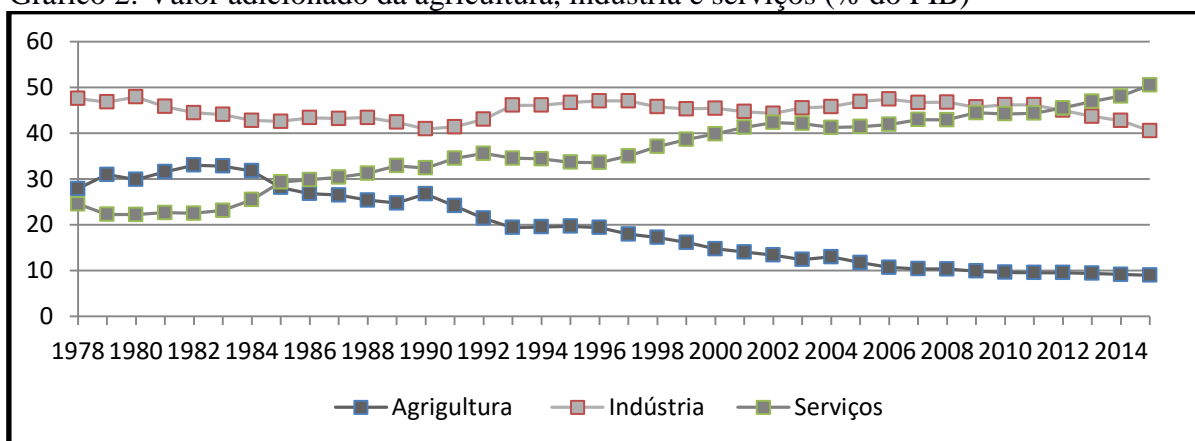
Fonte: The World Bank (2016). Elaboração dos autores.

Diferentemente da agricultura, o comportamento do setor industrial e do setor de serviços não tem seguido o padrão internacional. Em 1978 a participação da indústria era elevada, cerca de 48% do PIB, como consequência da ênfase dada ao desenvolvimento do setor pelo modelo de economia planificada (LARDY, 2012). A redução verificada entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 foi provocada pela adoção de um modelo econômico mais descentralizado. No início de 1990 a contribuição da indústria para o PIB aumentou, em parte refletindo as entradas de IEDs para produzir para a exportação. Entre 1993 e 2012 o valor médio da participação foi de mais de 46%, muito superior ao valor médio do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul, bem como acima da média mundial e dos países de renda média superior (PRMS). Entre os motivos que justificam essa alta participação estão as distorções domésticas nos preços de insumos, como capital, terra e energia, que são mais usados pela indústria do que pelo setor de serviços, e uma taxa de câmbio artificialmente desvalorizada. Ambas as razões beneficiam a produção de bens comercializáveis e desfavorecem a de bens não comercializáveis. Como no caso da China a maior parte daqueles é composta por bens manufaturados, o setor secundário tem sido

beneficiado, o que não é o caso do setor de serviços, dado que ele produz mais bens não comercializáveis.

Os serviços geralmente são subdesenvolvidos em economias socialistas (SOUBBOTINA; SHERAM, 2000). Talvez por isso a participação do setor no PIB era de 24,5% em 1978. No ano seguinte, esse valor diminuiu para aproximadamente 22% e permaneceu relativamente estável até 1983, quando começou a aumentar. Em 2001, ultrapassou os 40% pela primeira vez. A partir de 2002 o crescimento sofreu uma ligeira redução até meados da década, quando começou a aumentar novamente, atingindo o valor máximo em 2015, cerca de 50,5%. Como se observa no Gráfico 2, desde 2012 a economia chinesa é impulsionada pelo setor de serviços, segundo a abordagem da produção. No entanto, a sua contribuição ainda é relativamente pequena quando comparada com a contribuição do setor para o PIB de outros países, como o Brasil, a Índia e a Rússia, e economias desenvolvidas, como os EUA, o Japão e a Coreia do Sul, o que implica que há grande margem para o seu crescimento.

Gráfico 2: Valor adicionado da agricultura, indústria e serviços (% do PIB)

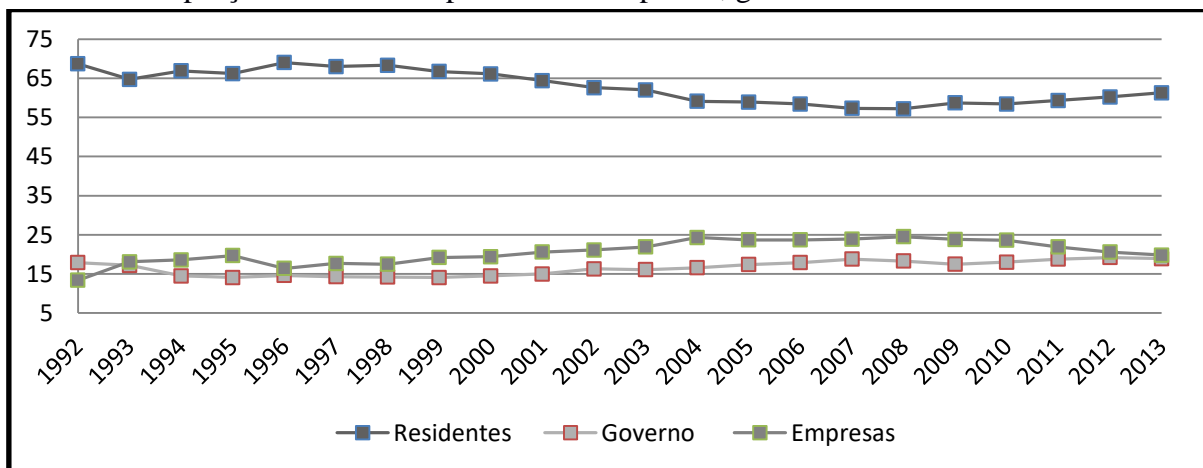


Fonte: The World Bank (2016). Elaboração dos autores.

A abordagem da renda nacional também permite verificar o desequilíbrio da economia chinesa, o que também possibilita explicar a redução da participação relativa do consumo privado no país. Como se observa no Gráfico 3, o rendimento disponível dos residentes reduziu-se significativamente de 68,7% do PIB em 1992, ano para o qual se tem dados disponíveis, para 57,2% em 2008, o menor valor registrado na série histórica. Segundo Lardy (2012) cerca de 50% da redução foi causada pela diminuição da participação do salário no PIB, aproximadamente 20% pela queda da renda sobre a propriedade e outros 20% pela diminuição nos pagamentos de transferências líquidas para as famílias. Essa queda da renda

disponível das famílias explica $\frac{3}{4}$ da queda do consumo privado indicado acima, e o restante foi causada pelo aumento da poupança das famílias.

Gráfico3: Proporções da renda disponível das empresas, governos e residentes



Fonte: National Bureau Of Statistics Of China (2015). Elaboração dos autores.

A quarta e última maneira de verificar o desequilíbrio na economia chinesa é por meio da abordagem poupança-investimento. A análise da diferença entre poupança nacional e investimento nacional permite identificar se há ou não desequilíbrio externo. Quando a diferença for positiva, tem-se uma situação de superávit externo, isto é, superávit em conta corrente. Do contrário, tem-se um déficit.

Para o período para o qual se tem dados disponíveis, observa-se que a participação da poupança nacional e do investimento nacional no PIB chinês já era relativamente elevada para o padrão internacional desde 1982, ano que registrou 34,9% e 33,5% do PIB, respectivamente, valores superiores aos de todas as demais economias da Tabela 1. No entanto, comparando-se os dados da China, da Coreia do Sul e dos países de renda média superior, entre 1985-1990, observa-se que os valores chineses não eram muito elevados.

Na primeira metade da década de 1990, os valores de ambas as variáveis aumentaram expressivamente, destoando ainda mais de outras economias, mas foram suavizados em seguida. EM razão de tanto a poupança nacional como o investimento nacional terem se elevado a níveis semelhantes, grandes desequilíbrios externos não foram observados, situação distinta da observada entre 2002-2003 e 2008. Durante este período, o superávit relativo é apenas menor do que aquele do Japão (Tabela 1). O estudo de Lardy (2012) para o período de 1998-2002 e 2007-2008 indica que as maiores fontes de desequilíbrio foram as poupanças das famílias e do governo e em menor proporção a poupança do setor empresarial.

Tabela 2: Poupança bruta (P), investimento bruto (I) e saldo em conta corrente (SCC em % PIB).

	China			EUA			Japão			R. Coreia			PRMS		
	P	I	SCC	P	I	SCC	P	I	SCC	P	I	SCC	P	I	SCC
1982	34,9	33,5	1,4	21,8	22,1	-0,2				21,5	26,8	-5,3	27,5	28,5	-1,0
1983	35,0	34,1	0,9	19,8	22,2	-2,4				23,8	27,1	-3,2	27,3	27,6	-0,3
1984	34,9	34,8	0,1	22,0	25,1	-3,1				25,6	28,2	-2,6	27,6	27,6	0,0
1985	33,6	38,2	-4,6	20,4	24,1	-3,8				26,4	27,9	-1,5	27,3	29,1	-1,8
1986	34,3	38,2	-3,9	19,0	23,7	-4,7				30,4	27,1	3,3	26,7	28,8	-2,1
1987	35,7	36,9	-1,2	19,6	23,5	-3,9				34,0	28,1	5,9	29,1	29,1	0,0
1988	35,9	37,7	-1,8	20,6	22,8	-2,1				35,8	29,1	6,7	29,8	30,1	-0,3
1989	35,8	37,1	-1,3	19,8	22,4	-2,7				33,4	31,4	1,9	30,7	30,7	0,1
1990	38,5	35,9	2,5	18,8	21,5	-2,7				33,9	34,7	-0,9	29,4	29,2	0,2
1991	38,3	35,9	2,4	18,8	20,1	-1,2				34,4	36,8	-2,4	29,4	30,1	-0,7
1992	38,4	37,3	1,2	18,8	20,0	-1,2				33,6	34,5	-1,0	29,0	30,3	-1,3
1993	42,3	44,2	-1,9	17,1	20,3	-3,3				33,4	33,0	0,4	31,3	32,2	-0,9
1994	42,8	42,0	0,8	17,9	21,2	-3,4				33,4	34,1	-0,8	31,5	31,1	0,4
1995	42,5	41,7	0,9	18,7	21,2	-2,5				33,5	34,8	-1,3	30,7	30,9	-0,2
1996	40,4	40,2	0,2	19,6	21,6	-2,0	30,0	28,6	1,4	32,3	35,9	-3,6	29,9	30,1	-0,2
1997	41,3	37,7	3,6	20,8	22,4	-1,6	30,3	28,1	2,2	32,1	33,1	-1,0	29,3	28,9	0,4
1998	39,9	36,9	3,0	21,3	22,8	-1,5	29,1	26,1	3,0	34,1	22,9	11,2	28,0	27,5	0,4
1999	38,3	36,5	1,8	20,8	23,3	-2,5	27,3	24,7	2,6	31,9	26,7	5,2	28,3	26,5	1,8
2000	36,2	34,9	1,3	20,7	23,6	-2,9	27,6	25,1	2,5	34,3	32,9	1,3	28,8	26,6	2,2
2001	37,0	36,1	0,9	19,6	22,1	-2,5	26,4	24,3	2,1	32,2	31,6	0,6	27,9	27,3	0,5
2002	39,6	37,7	1,9	18,2	21,6	-3,4	25,3	22,5	2,8	31,7	30,9	0,7	29,1	27,6	1,4
2003	42,9	41,0	2,0	17,4	21,7	-4,3	25,5	22,4	3,1	33,2	32,0	1,2	30,8	29,2	1,6
2004	45,6	43,0	2,6	17,6	22,5	-5,0	26,2	22,5	3,7	35,3	32,1	3,2	32,9	30,7	2,3
2005	46,7	41,9	4,8	17,9	23,2	-5,3	26,0	22,5	3,6	33,5	32,2	1,3	33,5	29,9	3,5
2006	50,1	42,7	7,4	19,2	23,3	-4,1	26,5	22,7	3,9	32,7	32,7	0,0	35,4	30,8	4,6
2007	50,3	41,4	8,9	17,3	22,4	-5,0	27,7	22,9	4,8	33,0	32,6	0,4	35,4	31,0	4,4
2008	51,8	43,7	8,2	15,5	20,8	-5,3	26,3	23,0	3,3	32,9	33,0	-0,1	36,3	32,7	3,7
2009	51,9	47,6	4,3	14,4	17,5	-3,1	22,6	19,7	2,9	32,7	28,5	4,2	33,5	32,2	1,3
2010	51,3	47,3	3,9	15,2	18,4	-3,2	23,5	19,8	3,7	34,8	32,0	2,8	34,9	33,1	1,8
2011	49,0	47,2	1,8	15,8	18,5	-2,8	22,2	20,2	2,0	34,6	33,0	1,6	34,2	33,2	1,0
2012	49,9	47,3	2,5	17,8	19,4	-1,5	21,8	20,9	1,0	34,3	31,0	3,3	33,8	33,4	0,4
2013	49,2	47,7	1,6	18,3	19,5	-1,2	22,1	21,2	0,9	34,5	29,1	5,4	32,4	33,2	-0,8
2014	48,7	46,2	2,5	17,6	19,9	-2,4	22,3	21,8	0,5	34,5	29,3	5,2	32,9	32,8	0,1
2015				17,6	20,2	-2,6	24,8	22,0	2,8	35,5	28,5	7,1			

Fonte: The World Bank (2016). Elaboração dos autores.

Em resumo, as quatro abordagens identificam a economia chinesa como desequilibrada durante boa parte da década de 2000, sobretudo no período que se inicia entre 2002-2003 e se estende até 2008-2009. No entanto, as mesmas abordagens, conforme mostram os gráficos 1-3, já indicam que nos anos subsequentes os desequilíbrios têm se abrandado e que a China entrou em uma fase de reequilíbrio/rebalanceamento, resultado de uma série de ações que o governo tem adotado e também da conjuntura internacional, como no caso do menor crescimento das exportações devido ao abrandamento da demanda global

por bens e serviços chineses (WANG, 2014). A fase de maior desequilíbrio impactou a economia mundial de forma distinta da do rebalanceamento, como se vê a seguir.

4. Desequilíbrio *Versus* Rebalanceamento: Impactos sobre a Economia Mundial

O modelo de crescimento econômico que tem se conformado na China, cada vez mais impulsionado pelo consumo e pelo setor de serviços, tem começado a impactar a economia mundial diferentemente de como impactou o modelo impulsionado pelos investimentos, pela indústria e pelas exportações.

O modelo desequilibrado contribuiu para a transformação do país em uma superpotência econômica. Desde 2009 a China é a segunda maior economia do mundo, posição bem diferente de 1978 quando ocupava a nona posição (UNITED NATIONS CONFERENCE FOR TRADE AND DEVELOPMENT, 2016). Esse rápido crescimento permitiu que o país contribuísse com cerca de 25% do crescimento mundial na última década e retirasse cerca de 500-600 milhões de pessoas da pobreza (KONG; MCKISSACK; ZHANG, 2012; MORRISON, 2015).

Conforme Li (2012), o país é hoje uma superpotência comercial. A China é o maior exportador e o segundo maior importador mundial de mercadorias e o quinto maior exportador e o segundo maior importador mundial de serviços comerciais (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2015). Em termos de fluxos de investimentos externos diretos (IEDs) foi o 28º principal destino em 1981, 11º em 1991, 3º em 2001, 2º em 2011 e 1º em 2014. Enquanto fonte de IED, partiu de uma posição insignificante em 1981 para a 22ª principal origem em 1991, 19ª em 2001, 6ª em 2011 e 3ª em 2014.

A transformação do país em uma superpotência comercial contribuiu para desequilíbrios na economia mundial. O superávit comercial chinês, junto com a sua elevada taxa de poupança, colaborou para o seu superávit em conta corrente (Tabela 1). Por outro lado, contribuiu para o déficit norte-americano. Esse superávit em conta corrente também elevou a capacidade chinesa de promover a internacionalização de suas empresas via IEDs.

Da mesma forma, o modelo desequilibrado elevou a demanda mundial por certas *commodities*, aumentando os seus respectivos preços (YU, 2011). O modelo intensivo em investimentos exigiu, por exemplo, metais e *commodities* minerais, como minério de ferro, minério de cobre e níquel necessários à promoção da urbanização, da industrialização e das

exportações do país. Estes ativos foram demandados principalmente pelos setores de infraestrutura, de construção, de automóveis e pelo setor imobiliário.

A China também impactou a economia mundial pelo lado da oferta. A grande capacidade do país de produzir e exportar manufaturas provocou quedas substanciais nos preços de vários produtos industrializados. Nesse sentido, inverteu-se a lógica do que aconteceu com os preços das commodities. Consequentemente, produtores de manufaturas concorrentes com os chineses foram prejudicados, enquanto os seus importadores foram beneficiados (VENABLES; YUE, 2006).

Alguns efeitos do modelo de crescimento cada vez mais impulsionado pelo consumo privado e pelos serviços já podem ser observados e outros são esperados que aconteçam. Porém, destaca-se que eles serão sentidos gradualmente, devido ao fato de a transição acontecer em um ritmo lento, em um esforço de evitar distúrbios sociais e políticos que possam resultar de uma menor taxa de crescimento econômico.

O rebalanceamento tem levado (mas não é o único fator) à redução da taxa de crescimento chinês a patamares inferiores aos de alguns anos atrás, quando a economia chegou a registrar variações do PIB de dois dígitos. Se há certeza entre os estudiosos sobre o abrandamento, o mesmo não acontece sobre o novo patamar médio de crescimento. Por exemplo, a expectativa de crescimento variam entre 7-8%, no curto prazo, para os mais pesquisadores mais otimistas, e 3-4%, uma “aterrissagem dura”, durante o período da administração do presidente Xi, entre 2013-23, para os mais céticos (PETTIS, 2013a, 2013b). Seja como for, países ou regiões mais expostos à China serão mais impactados com o abrandamento, como a Ásia, que teve 72% de seu crescimento determinado pelo país desde 2000 (VERGERON, 2015).

Na concepção de Pettis (2014), embora o mundo deva se preocupar com a redução do crescimento chinês, o que mais importa é como a mudança estrutural impactará sobre o resultado da conta corrente do país. Dado que se vive um cenário de baixa demanda global, a China poderia se tornar o motor do crescimento mundial caso reduzisse seu superávit ou registrasse déficits em conta corrente, pois assim criaria a demanda que o mundo precisa.

Neste sentido, os últimos dados do saldo em conta corrente chinês tem mostrado tendência de redução, como indicado na Tabela 1. À medida que se observa a redução da demanda chinesa, a mudança estrutural pela qual o país passa tem diminuído o impacto negativo do superávit sobre o crescimento mundial. Mas não se pode afirmar que a redução

do superávit realmente tem sido resultado das medidas de rebalanceamento, pois as exportações chinesas abrandaram, em parte, por causa da CFG, como já exposto.

Saldos menores em conta corrente também tendem a reduzir a demanda chinesa por títulos do tesouro norte-americano. A redução dos superávits reduziu o ritmo de acumulação de reservas estrangeiras (PRASAD, 2015), as quais são usadas para comprar títulos do tesouro norte-americano. Além disso, é de interesse do governo chinês diversificar as aplicações de seus investimentos, usando outros canais de inversões, tanto nos EUA como nas demais partes do mundo.

Adicionalmente, contrariando a lógica do crescimento intensivo em investimentos, o rebalanceamento já dá sinais de redução do ritmo de aumento dos preços das commodities, como no caso do cobre, conforme a velocidade de crescimento do investimento diminuiu na China (PRASAD, 2015). Em contraste com o cenário anterior, a lógica é de reversão nos termos de troca a favor dos países consumidores de *commodities*, como alguns países da Europa (VERGERON, 2015) e contra os produtores, incluindo Chile e Venezuela, grandes exportadores de cobre e petróleo para o país (FORSTER, 2015).

Além disso, as políticas de aumento da renda familiar disponível (aumento dos salários, ampliação e melhoria da rede de segurança social, etc.) têm contribuído para a expansão do mercado consumidor chinês. Como indicado pela KPMG (2011, p. 3), “[o] objetivo é continuar estabelecendo um ambiente macroeconômico que encoraje o gasto doméstico”. Os salários na China têm crescido influenciados tanto por uma questão de redução da oferta de mão de obra como em função das medidas com vistas ao rebalanceamento. A implicação é que a China está começando a perder a sua vantagem comparativa referente à disponibilidade de mão de obra barata (PRASAD, 2015; SCHELLEKENS, 2013). Consequentemente, isso tem induzido o deslocamento de bases produtivas para outros países que dispõem desse ativo a menor custo, como o Vietnã, a Tailândia e a Indonésia (HEDRICK-WONG, 2011; CRANWELL, 2015).

Isto não quer dizer que os produtos chineses têm se tornado mais caros necessariamente, dado que a produtividade do trabalho também tem se elevado. Complementarmente, a China tem construído vantagens comparativas dinâmicas, como a produção de manufaturas modernas a preços internacionalmente competitivos, e assim progredindo em cadeias globais de valor (SCHELLEKENS, 2013), executando objetivos estabelecidos nos PQs. Para Huang (2014, p. 9) “[...] ao mesmo tempo que as empresas

chinesas sobem a escada, elas se tornarão concorrentes diretos com aquelas nas economias mais avançadas”.

A população chinesa atualmente é de 1,371 bilhão de pessoas, o que já indica um mercado potencial gigantesco. Desse total, a fração daqueles que pertence à classe média (estrato médio, como prefere o governo chinês), seguimento mais associado ao consumo, tem se expandido conforme a renda aumenta (KHARAS; GERTZ, 2010). O aumento da renda disponível e o crescimento da classe média têm provocado mudanças no padrão de consumo chinês. Segundo Yu (2011, p. 22) “[à] medida que a China se desenvolve, espera-se que os padrões de consumo mudem gradualmente, para se assemelharem mais aos dos países desenvolvidos”. Com isto a importação chinesa aumentará e se diversificará (SCHELLEKENS, 2013).

Para Fulin (2015) a China está entrando em uma nova era da sociedade de consumo: “Em primeiro lugar, a demanda por necessidades (comida, roupas, e moradia) está caindo, e a demanda por bens e serviços para o desenvolvimento humano geral (educação, saúde e comunicações, etc.) está crescendo”. Segundo, o consumo de serviços está aumentando enquanto o consumo de bens materiais está caindo. E terceiro, tem diminuído a escassez de bens privados, mas aumentado à demanda por bens e serviços públicos.

Essa mudança estrutural no consumo tem provocado mudanças estruturais do lado da produção. Segundo Yin, Ye e Xu (2014, p. 24): “[à] medida que a renda disponível aumenta, os residentes tendem a consumir mais produtos de serviços, o que atrairia mais capital estrangeiro”. No entanto, destaca Fulin (2015) que “[as] evidências demonstram que a oferta de serviços da China não pode atender a demanda de sua sociedade, e que o déficit de investimento nos setores de serviços não é por causa da escassez de capital, mas por causa do atraso na abertura da economia”. Lakatos et al. (2016, p. 17) resumem bem boa parte dessas mudanças e suas implicações:

O reequilíbrio na China aumenta o consumo privado e implicitamente a demanda por produtos importados, à medida que a demanda de consumo é mais intensiva em importação do que o investimento. Esta mudança beneficia o resto do mundo através de maior demanda por suas exportações. Em especial, no cenário de reequilíbrio, os consumidores chineses demandam significativamente mais serviços nacionais e importados, levando à expansão das importações de serviços por parte da China. Ao mesmo tempo, com a produção chinesa mudando para serviços, a produção nacional de agricultura, de recurso natural e de produtos manufaturados é substituída, em certa medida, pelo aumento das importações desses produtos, a fim de satisfazer a procura interna. Além disso, a maior demanda do consumidor inclinado para serviços está elevando os preços dos bens não comercializáveis em relação aos bens comercializáveis, o que levará à apreciação da taxa de câmbio real (...) até 2030.

Todos esses mecanismos contribuem para um aumento significativo das importações na China.

Para os autores, o reequilíbrio também favorecerá a demanda por *commodities* agrícolas, beneficiando, por exemplo, países da África Subsaariana, como Madagascar e Nigéria, dada a sua exportação desses produtos, e países como Quênia, dada a sua exportação de serviços para a China. Os benefícios serão tanto em termos de elevação do PIB quanto em termos de redução da pobreza desses países. Ou seja, as perdas com o abrandamento estão sendo contrabalanceadas pelos ganhos com o rebalanceamento.

Estudos de Huang e Young (2013) e de Forster (2015) apontam que o aumento da urbanização, o aumento da renda per capita, a mudança no padrão de dieta e os problemas existentes na oferta doméstica elevam a demanda por importações de *commodities* leves. Por essa razão, por exemplo, a Nova Zelândia beneficia-se do aumento da procura chinesa por laticínios e carnes (HUANG; YOUNG, 2013). A mesma relação é esperada para países latino-americanos, como Uruguai, dada sua exportação de alimentos para o país (FORSTER, 2015).

O perfil dos IEDs originários na China e daqueles que entram no país tem mudado. As empresas chinesas são internacionalmente mais competitivas quando comparadas ao período de abertura ou mesmo ao início da estratégia “Going Global” de 2001. Setorialmente, estão aumentando os IEDs chineses em manufaturas e em serviços ao redor do mundo e, relativamente, diminuindo aqueles que buscam o setor primário, ao mesmo tempo em que se verifica crescente dispersão geográfica. Vergeron (2015, p.4) afirma que “[é] esperado que os investimentos chineses externos continuem a crescer devido ao declínio dos retornos no país” e ele espera que países da União Europeia se beneficiem ainda mais desses fluxos crescentes.

Quanto às entradas, é crescente o fluxo de IEDs que segue para o setor de serviços (YIN, 2012; YIN; YE; XU, 2014). Com a abertura em 1978, a China começou promover a entrada de IEDs voltados à exportação, com objetivo de atrair tecnologias estrangeiras e práticas internacionais de negócios úteis à modernização e ao crescimento econômico do país, confiando na relação causal em que IEDs e comércio internacional beneficiam o crescimento econômico (YAO, 2006). Por consequência, e sob forte escrutínio, o governo trabalhou para atrair IED manufatureiro orientado para as exportações.

Os planos quinquenais supramencionados indicam que as políticas chinesas de atração e de direcionamento dos IEDs têm evoluído conforme progridem a capacidade estatal e o

desenvolvimento econômico do país. Por exemplo, as experiências com as zonas de desenvolvimento permitiram melhorias na capacidade das instituições envolvidas no processo de atração e trato dos investimentos. Em parte, isso explica o controle governamental exercido sobre eles, buscando atrair aqueles que contribuiriam para cada estágio de desenvolvimento do país.

O controle exercido sobre a entrada dos investimentos – principalmente, por meio do catálogo Guia de Investimentos – tem direcionado os IEDs para os setores estratégicos da economia (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2012). Conforme as necessidades do país, as inversões estrangeiras têm sido guiadas para setores de maior valor agregado, tendo mudado de setores como têxteis, calçados e brinquedos, na década de 1980, para o desenvolvimento de centros de P&D, novas energias e tecnologias verdes, atualmente.

Assim, o nível de desenvolvimento do país requer o aprofundamento do setor de serviços e, por essa razão, os chineses têm trabalhado para atrair inversões que executem essa função (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Os IEDs em serviços têm aumentado nos últimos anos, porém, o setor ainda é relativamente fechado, dominado principalmente por empresas estatais (RUTKOWSKI, 2016). Quanto ao perfil, eles são pequenos quando comparados aos estoques de IEDs na indústria, estão concentrados no setor imobiliário, e nas zonas costeiras (YIN, 2011; YIN; YE; XU, 2014).

5. Conclusão

A China está vivendo um novo período de transição que consiste, principalmente, em mudar os impulsionadores de seu crescimento econômico. Como argumentado, pelas abordagens dos gastos agregados, da produção, da renda nacional e da poupança e do investimento nacional o modelo de crescimento do país tornou-se desequilibrado, notadamente na década de 2000.

O governo tem reconhecido alguns desses desequilíbrios desde pelo menos a segunda metade da década de 1990. Todavia, apenas no 12º plano quinquenal suas preocupações tornaram-se mais explícitas, e medidas menos retóricas e mais pragmáticas passaram a ser adotadas com vistas a promover o rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento. O rebalanceamento representa desafios para algumas economias e oportunidades para outras. As oportunidades resultam do aumento da renda familiar, do impulso do consumo privado, da

atualização do padrão de consumo e do conseqüente aumento e diversificação das importações, do subdesenvolvimento do setor de serviços, etc.

No entanto, a China ainda impõe restrições às importações e às entradas de IEDs no país que dificultam o seu aproveitamento pelas economias estrangeiras (DOLLAR, 2014; MORRISON, 2015, SHUEH, 2008). Isto poderia compreender apenas acusações feitas por países que querem auferir lucros sobre o imenso mercado e que, por razões que lhes são próprias, não obtêm sucesso, apesar das mudanças pós-adesão à OMC.

Referências

- 中国人大(CONGRESSO NACIONAL POPULAR DA CHINA). **国民经济和社会发展第十个五年计划纲要** (2001—2005) (Décimo Plano Quinquenal Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [2001-2005]), 2001. Disponível em: < <http://theory.people.com.cn/GB/40557/54239/54243/3783806.html>>. 23 Ago. 2016.
- 中国人大(CONGRESSO NACIONAL POPULAR DA CHINA). **中共中央关于制定国民经济和社会发展第十一个五年规划的建议** (Comitê Central do PCC - Décimo Primeiro Plano Quinquenal com recomendações para o desenvolvimento econômico e social [2006-2010]), 2005. Disponível em: < <http://theory.people.com.cn/GB/40746/3781965.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.
- CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS. **The Outline of the 12th Five-Year Program for National Economic and Social Development of the People's Republic of China**, 2011. Disponível em: < [http://www.asifma.org/uploadedFiles/Resources/PRC-12th-FYP\(1\).PDF](http://www.asifma.org/uploadedFiles/Resources/PRC-12th-FYP(1).PDF)>. Acesso em: 23 Ago. 2016.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Empresas Brasileiras na China: Presença e Experiências**. Online, Jul. 2012. Disponível em: < http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_presenca_das_empresas_brasileiras_na_china_-_presenca_e_experiencias.pdf>. Acesso em: 06 Nov. 2015.
- CRANWELL, Steven. **Southeast Asia set to benefit from China's economic rebalancing**. HSBC Singapore, Media Coverage, 2015.
- DOLLAR, David. **China's Rebalancing**: Implications for U.S.-China economic relations. *In*: GLICKMAN, Dan. *America's Rebalance toward Asia: Trade, Security & Resource Interests in the Pacific*. The ASPEN Institute Congressional Program (V. 29, n. 2). Washington: The Aspen Institute, 2014. P. 5-8.
- FORSTER, Magdalena. **China rebalancing: Blessing and curse for Latin America**. Deutsche Bank Research: Research briefing: emerging markets, Mar., 2015.
- FULIN, Chi. **Consumers can drive China's transformation to a high-income economy with steady growth**. Global Europe, Fev., 2015, Disponível em: < <http://europeworld.org/2015/02/02/consumers-can-drive-chinas-transformation-high-income-economy-steady-growth/#.V9w3OJgrLIW>>. Acesso em: 16 Set. 2016.

HEDRICK-WONG, Yuwa. **China's economic rebalancing and global implications**. MasterCard Worldwide Insights, 3Q 2011.

HSUEH, Roselyn. China's Liberalization Two-Step: A Response to Globalization. **Initiative for Policy Dialogue Task Force on China**, Columbia University, University of Manchester, Jun. 25-26, 2008.

HUANG, Yiping. Transition of China's Growth Model and Implications for the world. In: **International Economic Association World Congress**. Paper prepared for the ADBI Invited Session: Can Asia Sustain Growth? On 8 June 2014 at the International Economic Association World Congress, Amman, Jordan, 2014.

HUANG, Xiaoming; YOUNG, Jason. **China and the World Economy: Challenges and Opportunities for New Zealand**. China Research Centre Discussion Paper 13/01. Wellington: New Zealand Contemporary China Research Centre, 2013.

KHARAS, Homi; GERTZ, Geoffrey. The new global middle class: A cross-over from West to East. **Wolfensohn Center for Development at Brookings**, p. 1-14, 2010.

KONG, Veasna; MCKISSACK, Adam; ZHANG, Dong. China in a new period of transition. **Australian Government: The Treasury, Economic Group**, Issue 4, special edition: China, p. 43-62, 2012.

KPMG. **China's 12th five-year plan: Overview**, KPMG China, 2011.

LAKATOS, Csilla et al. China's slowdown and rebalancing: potential growth and poverty impacts on Sub-Saharan Africa. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7666, 2016.

LARDY, Nicholas. China: Toward a consumption-driven growth path. **Peterson Institute for International Economics Working Paper No. PB06-6**, 2006.

LARDY, Nicholas R. **Sustaining China's Economic Growth after the Global Financial Crisis**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2012.

LI, Xiaojun. China as a trading superpower. IN: KITCHEN, Nicholas et al. **China's geoeconomic strategy**. SR012. LSE IDEAS, The London School of Economics and Political Science, London, UK. 2012. 25-32.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run: 960–2030 AD**. Second Edition, Revised And Updated. Development Centre Studies. Development Centre of the Organisation for Economic Co-Operation and Development, 2007.

MORRISON, Wayne M. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States**. CRS report, Jun. 14, 2015.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook 2015**. Beijing: China Statistics Press.

PETTIS, Michael. **The great rebalancing: trade, conflict, and the perilous road ahead for the world economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2013a.

PETTIS, Michael. **Avoiding the fall: China's economic restructuring**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2013b.

- PETTIS, Michael. **How might a China slowdown affect the world?** China Financial Markets, Dez. 2014. Disponível em: < <http://blog.mpettis.com/2014/12/how-might-a-china-slowdown-affect-the-world/>> . Acesso em: 30 Maio 2016.
- PRASAD, Eswar. **The path to sustainable growth in China.** U.S. – China Economic and Security Commission. Abr., 2015.
- RUTKOWSKI, Ryan. **Service Sector Reform in China.** New York, Peterson Institute for International Economics, Policy Brief, n. PB15-2. Jan. 2015.
- SCHELLEKENS, Philip et al. A changing China: implications for developing countries. **World Bank-Economic Premise**, n. 118, p. 1-9, 2013.
- SOUBBOTINA, Tatyana P.; SHERAM, Katherine. **Beyond economic growth: Meeting the challenges of global development.** World Bank Publications, 2000.
- THE WORLD BANK. Indicators. **The World Bank Data.** © 2016. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 24 Ago. 2016.
- UNITED NATIONS CONFERENCE FOR TRADE AND DEVELOPMENT. Gross domestic product: Total and per capita, current and constant (2005) prices, annual, 1970-2014; Foreign direct investment flows and stock. **UNCTADStat.** 2016.
- VENABLES, Anthony J.; YUE, Linda. **The China effect.** Centre Piece, Autumn 2006. P. 10-17.
- VERGERON, Karine Lisbonne de. The impact of China's economic situation on Europe. Fondation Robert Schuman, **European Issues n°376**, Dez. 2015. P. 1-5.
- WANG, Hongying. China's Long March Toward Economic Rebalancing. **CIGI Policy Brief**, n. 38, 2014.
- WORLD TRADE ORGANIZATION. China. **Statistics Database.** 2015.
- YAO, Shujie. On economic growth, FDI and exports in China. **Applied Economics**, v. 38, n. 3, p. 339-351, 2006.
- YIN, Feng. Foreign direct investment in China's service industry: effects and determinants. **China: An International Journal**, v. 9, n. 01, p. 144-163, 2011.
- YIN, Feng; YE, Mingque; XU, Lingli. Location Determinants of Foreign Direct Investment in Services Evidence from Chinese Provincial-Level Data. **LSE Asia Research Center Working Papers**, v. 64, 2014.
- YU, Yongzhen. Identifying the linkages between major mining commodity prices and China's economic growth-implications for Latin America. **IMF Working Papers 11/86**, p. 1-36, 2011.